

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.429 - MG (2019/0245355-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : **ATAÍDE VILELA**
ADVOGADOS : **AMANDA CORREA FERNANDES E OUTRO(S) - MG167317**
RAUA MOURA MELO SILVA - MG180663
AGRAVANTE : **IRENE DAS GRACAS LIMA ROSA**
AGRAVANTE : **EDIL VILELA**
ADVOGADO : **ALDO GURIAN JUNIOR - MG063488N**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. CONHEÇO DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Ataíde Vilela contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e aplicação da Súmula n. 284/STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 370):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO 'EXTRA PETITA' E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E MORALIDADE PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADA - DOSIMETRIA DA PENA - EXTENSÃO DO DANO E DESVALOR DA CONDUTA - PRIMEIRO E TERCEIRO RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Não há falar em nulidade da sentença quando se constata que o Magistrado atendeu a todos os requisitos essenciais da sentença, tendo explicitado seu convencimento de forma clara e inequívoca quanto à base de cálculo das horas extras reconhecidas judicialmente, inexistindo omissão, falta de fundamentação ou negativa da prestação jurisdicional.

2. Nas ações de improbidade não vigora o princípio da correlação, adstrição ou congruência entre sentença e o pedido, uma vez que as sanções da Lei nº 8.429/92 destinam-se ao Magistrado, devendo o réu ater-se apenas aos fatos e não à capitulação legal.

3. A legitimidade do primeiro réu para figurar no polo passivo da demanda decorre do fato de ser apontado pelo autor como uma das pessoas responsáveis pela prática de ato violador dos princípios da Administração Pública.

4. Demonstrado pelo contexto probatório violações aos princípios da legalidade e da moralidade pública, devem os réus sujeitarem-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não tenha havido dano patrimonial ou enriquecimento ilícito.

5. As sanções de perda do cargo e/ou função pública, suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o Poder Público constituem uma das mais drásticas penalidades estabelecidas na Lei de

Improbidade Administrativa, devendo, por isso, serem aplicadas apenas em casos graves, sempre levando em conta a extensão do dano.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação do art. 1.022, II, do CPC/15, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito das seguintes questões: (a) ilegitimidade do recorrente, pois não praticou e nem concorreu para a configuração do ato tido como ímprobo; (b) a ausência de solicitação de atestado médico; (c) a comprovação do dolo; (d) não há se falar em pagamento de multa calculado sobre a respectiva remuneração dos agentes, eis que sequer era Prefeito à época dos fatos; e (e) ausência de instauração do devido processo administrativo disciplinar para a apuração dos fatos.

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 654-661, pelo conhecimento em parte do recurso de Edil Vilela e Irene das Graças Lima Rosa para nessa extensão negar-lhes provimento e pelo não provimento do recurso de Ataíde Vilela.

É o relatório. Decido.

Cuida-se, na origem, de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em desfavor de Ataíde Vilela, Edil Vilela e Irene das Graças Lima Rosa, objetivando a condenação pela prática de ato ímprobo (art. 11, *caput* e inciso I, da Lei n. 8.429/1992 às penas do art. 12, inciso III, da LIA), consubstanciado pela prática de ato visando fim proibido em lei, e em ofensa aos princípios da Administração Pública.

Extraí-se dos autos que a presente ação civil pública foi proposta com base na Notícia de Fato n. MPMG-0479.15.000208-3, instaurado para apurar conduta ímproba decorrente da inserção em documento público de declaração diversa da que deveria ser escrita.

Em primeira instância, julgou-se procedentes os pedidos.

Em segunda instância, deu-se parcial provimento aos recursos dos particulares, e negou-se provimento ao recurso do MPMG, para afastar as sanções de perda de função pública, suspensão de direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, mantendo a condenação do primeiro e segundo requeridos ao pagamento de multa civil equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da remuneração e a condenação da terceira requerida ao montante de 1 (uma) vez o valor de sua remuneração, todos referentes ao mês de abril de 2012.

A pretensão não merece prosperar.

Isso porque afasta-se a alegada violação do artigo 1.022, II, do CPC/15, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, evidencia-se que o acórdão recorrido consignou a legitimidade passiva do ora recorrente em virtude da presença de seu elemento subjetivo para a prática do ato ímprobo em apreço (e-STJ fls. 378-380 e 417-418):

Consta dos autos que no dia 04.10.2012 o primeiro réu (Ataíde) deveria comparecer a uma audiência perante a Justiça Federal Criminal às 15:30h para prestar depoimento na condição de acusado, a qual não

compareceu "sob a escusa de problemas de saúde" (f. 22).

Segundo narrativa da peça vestibular ministerial, "por volta das 18:00 horas" do dia 04.10.2012, os réus Ataíde, então candidato ao cargo de Prefeito, e Edil, seu irmão e médico, fizeram solicitaram à Irene, terceira ré, na condição de Enfermeira, que preenchesse a ficha de atendimento do paciente de modo a inserir o horário de 14:30h (f. 13) cuja finalidade era gerar um atestado médico que justificasse a ausência do réu Ataíde da audiência criminal acima mencionada.

Após minuciosa análise dos elementos de prova constante dos autos (ff. 14/15, 25/32, 40/41, 47, 66/67 e 139/142), observo que ficou inequivocamente demonstrado que a ficha de atendimento ao paciente é realizada, via de regra, eletronicamente, cujo sistema estava funcionando normalmente no dia dos fatos, e o segundo réu, na qualidade de médico da UPA de Passos, solicitou a seu colega, Dr. José Sebastião, que atendesse seu irmão (primeiro réu) de forma prioritária e, ainda, pediu à Enfermeira Irene (terceira ré) que realizasse a anotação do prontuário de forma manual e com a modificação do horário de atendimento para as 14:30h, quando, na verdade, o horário correto deveria ser próximo das 18h.

Diante desse quadro anoto que pouco importa se foi ou não utilizado o atestado emitido pelo médico, uma vez que o ato ímprobo, neste, caso, independe da produção do resultado, ainda que se considere que a finalidade da conduta fosse para o primeiro réu (Ataíde) valer-se deste documento para justificar sua ausência na audiência em que seria ouvido no juízo federal criminal.

Restando demonstrado pelo conjunto probatório violações aos princípios da legalidade e da moralidade pública, devem os réus sujeitaram-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não tenha havido dano patrimonial ou enriquecimento ilícito.

Todavia, deve ser sopesado, para fins de dosimetria da pena, a conduta praticada por cada réu. No caso, tanto o primeiro quanto o segundo réus agiram de forma tendenciosa visando alterar, em documento público, a verdade dos fatos, por isso a reprimenda deve ser igual para ambos.

A responsabilidade da terceira ré (Irene) decorre de própria previsão legal, pois a inserção incorreta e feita manualmente de horário do atendimento de paciente destoa do correto, motivo pelo qual não poderia "simplesmente obedecer à determinação do médico plantonista" (f. 25), mas, ao contrário, suspeitar da irregularidade da ordem e solicitar um parecer do superior hierárquico de maneira a demonstrar que o ato é manifestamente ilegal, a fim de isentar-se de qualquer responsabilidade, situação não verificada no caso.

Mesmo inexistindo prova de que o primeiro réu tenha sido beneficiado pessoalmente (diretamente) do atestado médico, é certo que ele, juntamente com os demais réus, praticaram conduta dissociada da supremacia do interesse público e, por consequência, proibida em lei.

Com efeito, não lograram os réus em demonstrarem fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado na inicial, sobretudo porque as provas revelam que houve a intenção de atender interesses privados do primeiro réu, mediante ordem do segundo e materialização do ato pela terceira ré, evidenciando, dessa forma, que a conduta deles não foi pautada pela boa fé objetiva exigida para o exercício da função pública.

(...)

Diante desse quadro a Turma Julgadora consignou que a

legitimidade do réu Ataíde Vilela decorre do fato de norma de regência estabelecer que todo aquele que concorre para a prática do ato ímprobo ou dele se beneficie, sob qualquer forma ou pretexto, deve figurar no polo passivo da ação.

(...)

Restou consignado que o conjunto probatório demonstrou, de maneira inequívoca, que houve modificação indevida do horário de atendimento do paciente Ataíde Vilela, que, juntamente dos demais réus "praticaram conduta dissociada da supremacia do interesse público e, por consequência, proibida em ler (f. 292v-TJ). (grifos apostos)

O Tribunal fundamentou a necessidade de se adotar a razoabilidade e a proporcionalidade para a fixação da sanção, levando em consideração a gravidade do ato de improbidade, tanto que, apesar de reconhecer a conduta violadora dos princípios que regem a Administração Pública, reduziu a penalidade imposta aos embargantes adequando-a "à finalidade da norma e às peculiaridades do caso concreto" (f. 293v-TJ).

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator